

**ILMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA CIDADE DE SAQUAREMA – RIO DE JANEIRO.**

**PROCESSO Nº3.997/2024 – PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90014/2024**

**DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.316.834/0002-33, com sede na Rua Nossa Senhora das Graças, S/N, Lote 01 Quadra F, Centro, Araruama /Rj, neste ato regularmente representada por sua sócia administradora Sra. Rita de Cassia Santos de Castro, brasileira, casada, empresária, inscrita no CPF sob o nº 073.490.167-43, vem, tempestivamente e pelas razões que passa a expor, interpor o presente

### **RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face de seu incorformismo, advindo do resultado do pregão eletrônico para registro de preços n.º 90014/2024, pelos fatos e fundamentos abaixo articulados.

#### **I – DA TEMPESTIVIDADE**

Preliminarmente, salienta-se que o prazo legal para interposição da medida recursal é de 3 dias úteis, tendo sido lavrado a intenção de recurso do julgamento de propostas registrada às 17:29 de 30/10/2024, com abertura do prazo em 06/11/2024, em confronto com a presente data 11/11/2024, resta certo da sua tempestividade.

#### **II – DA SÍNTESE DOS FATOS**

Em apertada síntese, visa o presente certame, sobre a escolha de proposta mais vantajosa representada pelo menor preço por item, cujo o objeto é o registro de preço futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de desinsetização, desinfestação, desalojamento de pombos e morcegos, desratização, controle de pragas e vetores em geral, a fim de atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Inclusão, Ciencia e Tecnologia do Município de Saquarema/RJ.

#### **III – DAS RAZÕES RECURSAIS**

Precedente ao escopo principal do Recurso, é importante salientar que é de amplo conhecimento que o Edital é a lei interna do certame e vincula as partes, nesta perspectiva é

a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELLO:

*O edital constitui-se no documento fundamental da licitação. Habitualmente se afirma, em observação feliz, que é a sua lei interna. Com efeito, abaixo da legislação pertinente à matéria, é o edital que estabelece as regras específicas de cada licitação. A administração fica estritamente vinculada às normas e condições nele estabelecidas, das quais não pode se afastar (Art. 41). (Curso de Direito Administrativo. 29ª edição. Malheiros. 2012, p.594-5.)*

Nesta mesma seara, destacamos as lições de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO:

*Além de mencionado no Art. 3º da Lei 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual **“a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”**. E o artigo 43, V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório; se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta serão desclassificados (artigo 48, inciso I). (Grifo nosso)*

Desta forma, a Administração Pública não pode contrariar as regras por ela mesma estabelecidas no instrumento convocatório, pois, no que pertine ao princípio da isonomia, é imprescindível observar as disposições constantes do edital.

HELY LOPES MEIRELLES posiciona-se assertivamente acerca do tema, vejamos:

*“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse a documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (Hely Lopes Meirelles, “Direito Administrativo Brasileiro, 26ª edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, Malheiros Editores, São Paulo, 2001, p. 259).*



#### IV - DAS RAZÕES EM SÍ

Forçoso ressaltar que a insatisfação motivadora do manejo do presente recurso, prende-se ao fato que transcorrido o certame, entende o ora recorrente que houve desequilíbrio nas decisões dos ilustres componentes da banca julgadora, que, inadvertidamente tolheu oportunidades de licitantes, notadamente do ora recorrente e inexplicavelmente veio a demonstrar com tais atitudes a consagração da proposta não mais vantajosa para o ente público, vejamos:

Na fase de lances em determinado momento, foi excluído todos os lances, fixando o valor mínimo de R\$1,57 e impedindo os licitantes de apresentarem lances inferiores a este valor, declarando o preço inferior inexequível, decorrido a insistência dos licitante em ofertar o melhor preço o ilmo senhor pregoeiro liberou os lances e informou a necessidade da comprovação de exequibilidade, sendo a empresa distri thech comercio e serviços ganhadora na fase de lances.

Para a mesma foi imposto o prazo de 2h para a comprovação da exequibilidade do preço ofertado, a qual a mesma, apresentou planilha de composição de preço onde contava as despesas e o lucro da empresa, e anexou notas fiscais de produtos e serviços anteriores que comprovam que o serviço pode ser executado até por valor inferior ao ofertado, no entanto, o senhor pregoeiro desclassificou a empresa sob a égide de um argumento não convincente, do qual permite-se dizer, para o perfeito deslinde da controversia, que em não sendo sanado tal injustiça, recorrerá os meios próprios, tais como, TCE-RJ, assim como procurará a proteção da tutela jurisdicional para ver prevalecer o seu direito e desfazer a bem do serviço público a injustiça implementada pelo Sr. Pregoeiro e seus pares. Tudo porque, a alegação, da não comprovação da exequibilidade e não analisando os documentos, não concedendo o direito da empresa em se manifestar para esclarecer as dúvidas, mormente pelo fato da sua acanhada justificativa sobre a exequibilidade, o que beira as raias do absurdo, o que precisa urgentemente ser reparado, e é o que se pretende com o presente recurso.

Vale ressaltar ainda, que conforme outros licitantes também informaram, a planilha de comprovação de exequibilidade é complexa, tendo a empresa apenas 2h para a comprovação, a qual foi feita dentro do prazo, no entanto, de forma mais simplificada, porém não deixou de constar as informações necessárias. A empresa ainda na declaração de exequibilidade firmou o compromisso de cumprimento do processo ofertando a garantia contratual prevista no Edital, apenas para valores inferiores a 85% do valor orçado pelo município, o que não era o caso, mas ofertou de forma a assumir o compromisso com o Município, mas nenhuma valia obteve em face da decisão exacerbada do Sr. Pregoeiro.

Imperioso deixar patentado, que a ora recorrente tem a honra e o privilégio de prestar serviços ao glorioso Município de Saquarema desde 2018, conforme atestados de capacidade técnica.

O que gera maior irrisignação no entanto, é que além de não ter sido considerado a capacidade técnica e a seriedade da empresa que tem ampla experiência em serviços com órgãos públicos, notadamente dentro do Município de Saquarema, foi preterida pela empresa vencedora, que está a dar os

seus primeiros passos na atividade e execuções de serviços públicos, não comprovando ainda, a sua capacidade técnica por se tratar de uma empresa nova, constituída em 2023, licenciada apenas e tão somente Setembro de 2024, frisando-se ainda que o certame licitatório ocorreu em 30 setembro de 2024, tendo prestado serviços somente para empresas privadas, não possuindo qualquer experiência com serviços públicos.

## V – DOS PEDIDOS

Diante de todo exposto, REQUER que seja conhecido o presente RECURSO ADMINISTRATIVO, e no seu mérito seja julgado totalmente procedente, dando provimento aos argumentos explanados para que:

- a) Seja reformada a decisão do Ilmo Sr. Pregoeiro no constante a Desclassificação da empresa DISTI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;
- b) Requer a inabilitação da empresa SANEADORA LAGOS LTDA, portadora do CNPJ nº 50.886.917/0001-03, por não apresentação nenhum tipo de registro na Anvisa, conforme determinado no termo de referência e no próprio edital;
- c) Requer também, a deligencias dos atestados de capacidade técnicas da empresa SANEADORA LAGOS LTDA, portadora do CNPJ nº 50.886.917/0001-03, ora injsutamente declarada vencedora do certame.

Cópia do presente recurso segue para superior análise do Tribunal de Contas do Estado.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Araruama/RJ, 11 de novembro de 2024.

Assinado digitalmente por RITA DE CASSIA  
SANTOS DE CASTRO:07349016743  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=12517704000115, OU=Secretaria da Receita  
Federal do Brasil - RFB, OU=CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=presencial, CN=RITA DE  
CASSIA SANTOS DE CASTRO:07349016743  
Razão: Eu estou aprovando este documento  
com minha assinatura de vinculação legal  
Localização: Araruama  
Data: 2024.11.11 16:04:05-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

RITA DE CASSIA  
SANTOS DE  
CASTRO:073490  
16743

RITA DE CASSIA SANTOS DE CASTRO  
SÓCIA ADMINISTRADORA  
CPF



**ILMO. SENHOR PREGOEIRO, E COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA,  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**REF.: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.997/2024**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024**

**UASG: 985909**

A empresa **SANEADORA LAGOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 50.886.917/0001-03, com sede na Rua Plácido Marchon, nº 648, Praça da Bandeira, CEP: 28.979-540, na cidade de Araruama, estado do Rio de Janeiro, por seu sócio administrador o senhor **Vinicius Tavares Monteiro**, empresário, brasileiro, solteiro, natural do estado do Rio de Janeiro, nascido em 17/04/1982, portador da Carteira nacional de habilitação registro nº 01316755202, expedida pelo DETRAN/RJ e do CPF sob o nº 092.938.187-44, vem respeitosamente na presença de V.Sa., em tempo hábil, com fulcro no artigo 165 da Lei Federal n.º 14.133/21, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas regras e condições estabelecidas no item 11.4 do instrumento convocatório item, a fim de **OFERECER**:

#### **CONTRARRAZÕES DE RECURSO**

Ao inconsistente recurso apresentado pela empresa **DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o n.º 13.316.834/0002-33, nos autos do Processo Administrativo n.º 3997/2024, que originou o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2024**.

#### **1 - DA TEMPESTIVIDADE**

Acerca do prazo para apresentação das razões recursais os termos da lei 14.133 de 1º de abril de 2021 que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas:

**CAPÍTULO II**  
**DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS**  
(...)

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

**I - recurso**, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;

**c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;**

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

**§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:**

I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;

II - a apreciação dar-se-á em fase única.

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.**

§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (grifos nossos)

Considerando o disposto no Art. 165 lei 14.133 de 1º de abril de 2021 a presente Contrarrazão ao Recurso Administrativo é tempestiva.

A **RECORRIDA** solicita que o Ilustre Sr. Pregoeiro e esta douta comissão de Licitação da Prefeitura de Municipal de Saquarema, conhecendo a fragilidade do recurso apresentado pela empresa **DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, analise todos os fatos apontados, que só validam essa contrarrazão.

Espera que se receba esta peça como efetiva contribuição à legalidade do procedimento.



## 2 - DOS FATOS

Antes de adentrarmos o cerne da questão, nunca é demais lembrar que uma licitação é um procedimento formal no qual o gestor público não possui discricionariedade para impor ou deixar de impor o que deseja. Ele somente pode fazer o que a lei determina. Nada além ou aquém. **O Princípio Constitucional da Legalidade** (art. 37, caput, CF/88) **DEVE** ser, no caso de licitação, observado muito mais pela Comissão de Pregão.

A **RECORRIDA** é uma empresa séria e, como tal, apresentou sua proposta e documentos cumprindo com todos os requisitos do edital.

Entretanto, a **RECORRENTE**, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresentou um recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e desconsiderador dos princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios, e com intuito de apenas protelar o andamento do certame, pois os fatos ora narrados pela mesma não condizem com a verdade.

A **RECORRENTE**, em seu frágil e inconsistente recurso alega que:

"foi imposto o prazo de 2h para a comprovação da exequibilidade do preço ofertado, a qual a mesma, apresentou planilha de composição de preço onde contava as despesas e o lucro da empresa (...)"  
"(...) a planilha de comprovação de exequibilidade é complexa, tendo a empresa apenas 2h para a comprovação(...)"

Sr. Pregoeiro e Comissão, a **RECORRENTE**, demonstra total desconhecimento dos termos do edital, que ele mesmo assinalou que está de acordo, quando faz uma acusação leviana dessa onde vemos abaixo.

De acordo com o Edital:

*9.22.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.*

A própria recorrente sabe que errou e **NAO** comprovou sua exequibilidade no documento apresentado ao Sr. Pregoeiro e sua Comissão, onde demonstram um total desconhecimento do conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito.

Ainda assim, a pobre recorrente infringiu uma serie de exigências na anexação dos documentos exigidos no edital e seu termo de referência, sendo alguns deles: **“Licença Ambiental da empresa” “Certidão de Habilitação Profissional do contador” “Certidões Ambientais conforme exigidos nos itens 10.5.1 e 10.5.2 emitido pelo INEA conforme exigência em edital” “Comprovação de vínculo do responsável técnico com o licitante” “Atestado de capacidade técnica”**, desse jeito vemos simplesmente uma empresa **DESQUALIFICADA** para a prestação dos serviços.

A RECORRENTE, novamente de forma desesperada e, em total desconhecimento do direito positivo vigente, expõe em seu frágil recurso a sua lamentável **“opinião”**.

“ (...) foi preterida pela empresa vencedora, que está a dar os seus primeiros passos na atividade e execuções de serviços públicos (...)”

Sr. Pregoeiro, totalmente equivocada a RECORRENTE tenta criar suas próprias regras ao Processo Licitatório, tentando desqualificar a análise e o trabalho dessa requerida comissão. O que induz, a querer criar um **“monopólio”**, somente pelo fato de já ter prestado esse tipo de serviço no passado ao órgão, se acha no direito de ficar para sempre.

O que a RECORRENTE não analisou, foi que, nossa empresa está muito mais bem **QUALIFICADA** que a própria, ao ponto de nossa empresa ter atendido a TODOS as exigências do edital diferente da recorrente.

A RECORRENTE, novamente equivocada em seu fajuto recurso alega que:

“Requer também, a diligencias dos atestados de capacidade técnicas da empresa SANEADORA LAGOS LTDA, portadora do CNPJ nº 50.886.917/0001-03, ora



inssutamente declarada vencedora do certame."

Sr. Pregoeiro e Comissão, a **RECORRENTE**, demonstra que desconhece o direito dispositivo vigente, tanto que, o documento apresentado pela **RECORRIDA** foi aceito pelo Sr. Pregoeiro e pela Comissão, onde demonstram o total conhecimento do conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito.

O documento apresentado pela **RECORRIDA**, de título **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** é compatível em características e com o objeto desta licitação e cumpre a exigência disposta no item 10. - **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

Vejamos o Edital:

**10 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.3.2. Apresentar atestado (s) de capacidade técnica da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa fornece ou forneceu produtos compatíveis ao objeto e que os termos contratuais estão sendo ou foram cumpridos integralmente. Se tratando de serviços contínuos, atestado que o licitante tenha executado serviços similares em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos, conforme §5º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.**

Mais uma vez, a **RECORRENTE**, com o nítido intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, em seu recurso absurdo, ensejando um julgamento individualista e desonesto tentando induzir essa ilustre Comissão a desclassificar a **RECORRIDA**, em seu recurso, diz:

"Requer a inabilitação da empresa SANEADORA LAGOS LTDA, portadora do CNPJ nº 50.886.917/0001-03, por não apresentação nenhum tipo de registro na Anvisa, conforme determinado no termo de referência e no próprio edita."

Nota-se que a **RECORRENTE**, tenta induzir essa ilustre comissão e seu pregoeiro ao erro no seu julgamento, com a falta de fundamento e veracidade em suas afirmações.

Vamos ao que diz o edital referente a esse item:

**10 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**10.3.9. A licitante, deverá apresentar comprovação do registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), em instituição de Vigilância Sanitária Estadual ou distrital a que o Município pertença.**

Contra a inverdade na acusação injusta deferida pela **RECORRENTE**, conforme destacado pelo próprio edital e termo de referência, e anexado junto aos documentos de habilitação da empresa para habilitação, disponibilizamos conforme exigência nosso **Autorização de Funcionamento** emitida pela Vigilância Sanitária de nossa jurisdição, afastando todos e quaisquer ruídos sobre nossa Licença sanitária para funcionamento de nossa empresa.

Como se observa, não tem fundamento algum a acusação da **RECORRENTE**, a qual vislumbra-se, sem muito esforço, que se trata de afirmações que não merecem créditos, pois toda documentação apresentada pela **RECORRIDA** é idônea e válida perante as normas vigente.

É perceptível o desespero da **RECORRENTE** em obter através dos argumentos falhos em seu recurso ao ver que perdeu a disputa por falta de qualificação.

As comprovações demonstradas pela **RECORRIDA**, fundamentadas em leis específicas, atestam o cumprimento das obrigações, exigências as normas e legalidade apresentada durante o certame, e atacada e descredibilizada de forma injusta pela **RECORRENTE**.

**3 – DO PEDIDO:**

Diante de todo o exposto, requer seja **NEGADO** em sua íntegra, provimento ao recurso administrativo interposto pela **RECORRENTE**, vista a inexistência de relevância nas alegações propostas, em que, a própria só possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações **INCABÍVEIS**, atrasando a conclusão de certame licitatório, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade.

Desta maneira, requer que sejam aceitas todas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a empresa **SANEADORA LAGOS LTDA** vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado.

Por fim, cumpre esta **RECORRIDA** enaltecer o trabalho realizado pela Comissão de Licitação e de seu Pregoeiro.



Termos em que pede e aguarda deferimento.

Araruama, 14 de Novembro de 2024.

VINICIUS

TAVARES

MONTEIRO:0929

3818744

Assinado de forma  
digital por VINICIUS

TAVARES

MONTEIRO:09293818744

Dados: 2024.11.14

17:43:13 -03'00'

---

**SANEADORA LAGOS LTDA**

**CNPJ: 50.886.917/0001-03**

Representante Legal

Vinicius Tavares Monteiro

CPF: 092.938.187-44

**50.886.917/0001-03**  
**SANEADORA LAGOS LTDA**  
RUA PLÁCIDO MARCHON, N° 648,  
PRAÇA DA BANDEIRA, ARARUAMA/RJ  
CEP: 28.979-540



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Recorrente: DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**

**Recorridas: SANEADORA LAGOS LTDA e PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA**

**Referente ao Processo nº 3.997/2024**

**Pregão Eletrônico nº 90014/2024**

Trata-se de **RECURSO** contra ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, interposto pela empresa **DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.316.834/0002-33, estabelecida na Rua Nossa Senhora das Graças, S/N, Lote 01 Quadra F – Centro - Araruama/RJ.

### I. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

O direito ao recurso administrativo em processos licitatórios é garantido pela Lei nº 14.133/2021, que regula as licitações e contratos administrativos. Especificamente, o art. 165 da referida Lei assegura aos licitantes a possibilidade de interpor recurso contra atos de habilitação e inabilitação, nos seguintes termos:

*Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:*

*I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:*

*a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;*

*b) julgamento das propostas;*

*c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;*

*d) anulação ou revogação da licitação;*





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;*

*II - pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.*

*§ 1º Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do caput deste artigo, serão observadas as seguintes disposições:*

*I - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais previsto no inciso I do caput deste artigo será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 desta Lei, da ata de julgamento;*

*II - a apreciação dar-se-á em fase única.*

*§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.*

*§ 3º O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.*

*§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.*

*§ 5º Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.*

O prazo para interposição do recurso foi devidamente observado pela **DISTRITHECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, que manifestou tempestivamente sua intenção de recorrer contra a decisão de desclassificação no Pregão Eletrônico nº 90014/2024, atendendo ao disposto no art. 165, inciso I, alíneas 'b' e 'c' da Lei nº



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

14.133/2021. Portanto, o presente recurso deve ser conhecido, tendo em vista a sua admissibilidade formal.

## II. TEMPESTIVIDADE

A data de abertura da sessão pública do certame, no Portal de Compras Públicas, foi marcada originalmente para ocorrer em 30/10/2024, encerrando-se 06/11/2024, quando, assistindo ao item 13 e subitens do instrumento convocatório, foi aberto prazo para manifestação de intenção de recursos de 10 (dez) minutos ao encerramento de cada fase e de 03 (três) dias úteis para manifestação de memorial de razões, conforme a condição decadente de lastro temporal, estabelecida na Lei 14.133/2021 em exame foi interposto tempestivamente em sistema. A intenção foi aceita em conformidade aos arts. 5º, inciso LV, da Constituição Federal; 165, § 1º, inciso I, da Lei 14.133/2021; e 39 do Decreto Municipal 2.740/2024.

O edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2024 estipulou os prazos para a interposição de recursos, em conformidade com o art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021. A recorrente observou rigorosamente esses prazos, apresentando suas razões dentro do período legal de 3 (três) dias úteis, contados a partir da intimação da decisão de inabilitação.

Assim, o recurso interposto pela DISTRITECH é tempestivo, estando plenamente adequado às exigências formais para seu processamento.

## III. DO PROCEDIMENTO DE ORIGEM DO RECURSO

Trata-se do processo administrativo nº 3.997/2024 referente ao pregão eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO, DESINFESTAÇÃO, DESALOJAMENTO DE POMBOS E MORCEGOS, DESRATIZAÇÃO, CONTROLE DE PRAGAS E VETORES EM GERAL A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, INCLUSÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.

Antes de dar prosseguimento à análise do pleito, cabe frisar que conforme definido no Art. 11 da Lei 14.133/2024, que regulamenta os atos licitatórios, estabelece que:

*Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:*





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

*II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;*

*III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;*

*IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.*

Informo que, na análise do mérito do recurso apresentado pela empresa Distri Thech Comércio e Serviços Ltda, verificou-se que o cerne da questão está na reconsideração da decisão que desclassificou a recorrente por não comprovar a exequibilidade de sua proposta, conforme exigido pelo instrumento convocatório. Tal decisão, proferida pelo pregoeiro, ensejou a interposição do presente recurso, no qual a recorrente busca reverter sua desclassificação, sustentando ter atendido a todos os requisitos necessários.

#### **IV. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO PROCESSO LICITATÓRIO**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece as normas gerais para a condução dos processos licitatórios e contratos administrativos, e impõe que todos os licitantes e a Administração Pública observem rigorosamente as disposições do edital, conforme o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. O art. 5º da Lei nº 14.133/2021, prevê expressamente que:

*Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as*



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942  
(Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

Assim, todas as exigências constantes do edital devem ser cumpridas pelos licitantes, sob pena de desclassificação ou inabilitação. O edital é a norma que vincula tanto a Administração quanto os participantes da licitação, devendo ser respeitado em sua integralidade.

#### **V. DOS PEDIDO DA RECORRENTE E RESPOSTAS DA RECORRIDA:**

**A recorrente alega, resumidamente, e após requer que:**

- a) Seja reformada a decisão do Ilmo Sr. Pregoeiro no constante a Desclassificação da empresa DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA;
- b) Requer a inabilitação da empresa SANEADORA LAGOS LTDA, portadora do CNPJ nº 50.886.917/0001-03, por não apresentação nenhum tipo de registro na Anvisa, conforme determinado no termo de referência e no próprio edital;
- c) Requer também, a diligências dos atestados de capacidade técnicas da empresa SANEADORA LAGOS LTDA, portadora do CNPJ nº 50.886.917/0001-03, ora injustamente declarada vencedora do certame.

**A recorrida alega, resumidamente, e após requer que:**

- a) Diante de todo o exposto, requer seja NEGADO em sua íntegra, provimento ao recurso administrativo interposto pela RECORRENTE, vista a inexistência de relevância nas alegações propostas, em que, a própria só possui interesse em frustrar o bom trâmite do procedimento licitatório, trazendo recursos com alegações INCABÍVEIS, atrasando a conclusão de certame licitatório, assim sendo, fere diretamente o interesse público e os princípios da razoabilidade e celeridade;
- b) Desta maneira, requer que sejam aceitas todas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a empresa SANEADORA LAGOS LTDA vencedora do certame, dando prosseguimento as demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado;
- c) Por fim, cumpre esta RECORRIDA enaltecer o trabalho realizado pela Comissão de Licitação e de seu Pregoeiro.





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## VI. ANÁLISE DO RECURSO

A análise do presente recurso interposto pela empresa Distri Thech Comércio e Serviços Ltda evidencia uma tentativa de reverter a decisão do pregoeiro que desclassificou sua proposta por ausência de comprovação de exequibilidade, conforme exigido no instrumento convocatório. O procedimento licitatório seguiu estritamente as disposições do edital, que visa assegurar que os preços ofertados pelos licitantes sejam viáveis e compatíveis com a execução do objeto licitado. A recorrente, ao não demonstrar de forma satisfatória a viabilidade econômica de sua proposta, comprometeu não apenas sua habilitação, mas também a confiabilidade e a transparência que devem permear todo o processo licitatório.

A recorrente argumenta que a planilha de composição de custos apresentada foi suficiente para demonstrar a viabilidade econômica de sua proposta e questiona o prazo de duas horas estabelecido no edital para a comprovação, alegando que foi insuficiente. Contudo, ao analisar a documentação submetida pela recorrente, constatou-se que a planilha apresentada não detalhou de forma adequada os custos indispensáveis à execução do objeto licitado, comprometendo a análise técnica de sua viabilidade. O edital exigia expressamente que os licitantes apresentassem informações detalhadas e consistentes que comprovassem a exequibilidade de suas propostas, requisito não atendido pela recorrente.

Diante da insuficiência da documentação apresentada e da ausência de elementos que comprovassem a exequibilidade da proposta, a desclassificação da Distri Thech foi legítima e encontra-se plenamente amparada no edital e na legislação aplicável. Por outro lado, a empresa Saneadora Lagos Ltda foi declarada vencedora do certame, após comprovar a viabilidade de sua proposta e atender integralmente às exigências editalícias, em conformidade com os princípios da legalidade, vinculação ao edital e competitividade.

### I – Da alegação de exclusão de lances:

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“Forçoso ressaltar que a insatisfação motivadora do manejo do presente recurso, prende-se ao fato que transcorrido o certame, entende o ora recorrente que houve desequilíbrio nas decisões dos ilustres componentes da banca julgadora, que, inadvertidamente tolheu oportunidades de licitantes, notadamente do ora recorrente e inexplicavelmente veio a demonstrar com tais atitudes a consagração da proposta não mais vantajosa para o ente público, vejamos:*





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*Na fase de lances em determinado momento, foi excluído todos os lances, fixando o valor mínimo de R\$1,57 e impedindo os licitantes de apresentarem lances inferiores a este valor, declarando o preço inferior inexecutível, decorrido a insistência dos licitante em ofertar o melhor preço o Ilmo senhor pregoeiro liberou os lances e informou a necessidade da comprovação de exequibilidade, sendo a empresa distri thech comercio e serviços ganhadora na fase de lances."*

### **Resposta a Recorrente:**

A argumentação apresentada pela recorrente, no sentido de que teria ocorrido desequilíbrio nas decisões do pregoeiro, além de carecer de qualquer respaldo jurídico ou probatório, revela flagrante desconhecimento das normas que regem os certames licitatórios. A tentativa de imputar irregularidades à conduta do agente de contratação, sob o pretexto de que a exclusão de lances prejudicou a isonomia ou favoreceu uma proposta menos vantajosa para a Administração Pública, é não apenas infundada, mas também desarrazoada e desprovida de seriedade.

Cabe destacar que a exclusão de lances foi realizada com estrita observância ao §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.740/2024, que confere ao pregoeiro a prerrogativa de excluir lances que possam comprometer, frustrar ou restringir o caráter competitivo do certame. Tal medida foi tomada com base em critérios objetivos e técnicos, plenamente alinhados aos princípios da eficiência e da economicidade, consagrados no art. 37 da Constituição Federal e no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A exclusão de lances inexecutíveis é, ademais, medida imperativa para resguardar a viabilidade contratual e evitar riscos de execução que possam onerar ou comprometer o interesse público.

A recorrente, de forma leviana, omite que, após a exclusão inicial dos lances, o pregoeiro reabriu a possibilidade de apresentação de valores inferiores ao limite previamente estipulado, condicionando-os, entretanto, à comprovação de exequibilidade, conforme preconizado no edital. A própria recorrente, embora tenha figurado como vencedora na fase de lances, não conseguiu demonstrar a viabilidade de sua proposta, apresentando uma planilha de composição de custos flagrantemente insuficiente, o que inviabilizou a análise técnica pelo pregoeiro e justificou plenamente sua desclassificação.

A tentativa de caracterizar a conduta do pregoeiro, sob o pretexto de um alegado desequilíbrio nas decisões, não merece acolhimento. O pregoeiro agiu de forma criteriosa, fundamentada e em estrita obediência ao edital e às normas legais, visando assegurar a integridade do certame e a seleção de propostas compatíveis com a execução do objeto

9





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

licitado. A insatisfação da recorrente com o resultado não pode, sob qualquer hipótese, ser confundida com irregularidade no procedimento, especialmente quando foi a própria recorrente que falhou em atender aos requisitos editalícios indispensáveis à sua classificação.

A decisão do pregoeiro, portanto, consagrou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em consonância com os princípios da legalidade, isonomia e competitividade. Assim, a argumentação apresentada pela recorrente, além de juridicamente improcedente, carece de qualquer substância factual, configurando apenas uma tentativa frustrada de deslegitimar um processo conduzido com absoluta correção e transparência.

## II – Da comprovação de exequibilidade:

**A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“Para a mesma foi imposto o prazo de 2h para a comprovação da exequibilidade do preço ofertado, a qual a mesma, apresentou planilha de composição de preço onde contava as despesas e o lucro da empresa, e anexou notas fiscais de produtos e serviços anteriores que comprovam que o serviço pode ser executado até por valor inferior ao ofertado, no entanto, o senhor pregoeiro desclassificou a empresa sob a égide de um argumento não convincente, do qual permite-se dizer, para o perfeito deslinde da controversia, que em não sendo sanado tal injustiça, recorrerá os meios próprios, tais como, TCE-RJ, assim como procurará a proteção da tutela jurisdicional para ver prevalecer o seu direito e desfazer a bem do serviço público a injustiça implementada pelo Sr. Pregoeiro e seus pares. Tudo porque, a alegação, da não comprovação da exequibilidade e não analisando os documentos, não concedendo o direito da empresa em se manifestar para esclarecer as dívidas, mormente pelo fato da sua acanhada justificativa sobre a exequibilidade, o que beira as raias do absurdo, o que precisa urgentemente ser reparado, e é o que se pretende com o presente recurso.*

*Vale ressaltar ainda, que conforme outros licitantes também informaram, a planilha de comprovação de exequibilidade é complexa, tendo a empresa apenas 2h para a comprovação, a qual foi feita dentro do prazo, no entanto, de forma mais simplificada, porem não deixou de constar as informações necessárias. A empresa ainda na declaração de exequibilidade firmou o compromisso de cumprimento do processo ofertando a garantia contratual prevista no Edital, apenas para valores inferiores a 85% do valor orçado pelo município, o que não era o caso, mas ofertou de forma a assumir o*



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

*compromisso com o Município, mas nenhuma valia obteve em face da decisão exacerbada do Sr. Pregoeiro.”*

#### **Manifestações da recorrida:**

*“Sr. Pregoeiro e Comissão, a RECORRENTE, demonstra total desconhecimento dos termos do edital, que ele mesmo assinalou que está de acordo, quando faz uma acusação leviana dessa onde vemos abaixo.*

*De acordo com o Edital:*

*9.22.5 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.*

*A própria recorrente sabe que errou e NAO comprovou sua exequibilidade no documento apresentado ao. Sr. Pregoeiro e sua Comissão, onde demonstram um total desconhecimento do conjunto de normas jurídicas criadas através dos processos próprios do ato normativo e estabelecidas pelas autoridades competentes para o efeito.”*

#### **Resposta a Recorrente:**

A argumentação da recorrente, que busca justificar a impropriedade da decisão do pregoeiro ao desclassificar sua proposta por ausência de comprovação de exequibilidade, demonstra uma compreensão superficial e equivocada das exigências impostas pelo instrumento convocatório. Alega, de maneira insustentável, que a apresentação de uma planilha simplificada contendo apenas despesas gerais, lucro e valores finais seria suficiente para atender à obrigatoriedade de comprovação de viabilidade econômica. Tal alegação, contudo, além de desprovida de amparo técnico ou jurídico, ignora as especificidades inerentes à contratação de serviços, que demandam uma análise muito mais detalhada e contextualizada dos custos envolvidos.

Diferentemente do fornecimento de bens, a comprovação de exequibilidade em contratações de serviços exige que o licitante demonstre, de forma detalhada, a viabilidade de todos os custos associados à execução do objeto. É imprescindível apresentar elementos como custos de mão de obra, encargos sociais e trabalhistas,





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

insumos, materiais, tributos, despesas administrativas e outros fatores que compõem o preço final. A tentativa de simplificar esta análise com o uso de planilhas genéricas ou notas fiscais de serviços anteriores não atende aos requisitos do edital, pois não oferece elementos suficientes para garantir a viabilidade técnica e econômica da proposta. A Administração Pública, ao contratar serviços, necessita de garantias claras e inequívocas de que o contratado possui condições reais de cumprir o objeto com qualidade e eficiência, não bastando apresentar valores genéricos e desconexos das especificidades da contratação.

A recorrente, ao apresentar uma declaração de compromisso e oferecer garantia contratual como forma de mitigar os riscos de sua proposta, incorre em grave equívoco ao presumir que tais elementos substituiriam a obrigatoriedade de comprovar a exequibilidade de maneira detalhada. A garantia contratual, por mais relevante que seja, não afasta a necessidade de comprovação técnica e documental da viabilidade do preço ofertado. A Administração não pode ser obrigada a aceitar propostas cujo custo não tenha sido devidamente justificado, sob pena de colocar em risco a execução do objeto e, consequentemente, o interesse público.

Além disso, a tentativa de justificar a apresentação de uma planilha incompleta com base no prazo de duas horas estipulado pelo edital é infundada e improcedente. O item 9.22.5 do edital foi claro ao prever que o licitante mais bem classificado deveria apresentar sua proposta ajustada, acompanhada de toda a documentação necessária, dentro do referido prazo. Tal prazo, previamente conhecido por todos os licitantes, foi uniforme e isonômico, conferindo aos participantes a responsabilidade de se organizarem para atender às exigências no tempo estipulado. Alegar, a posteriori, que o prazo foi insuficiente é uma tentativa inaceitável de transferir à Administração Pública a responsabilidade por falhas de planejamento e organização do licitante.

A justificativa da recorrente de que a decisão do pregoeiro "beira as raias do absurdo" carece de fundamento probatório ou jurídico, sendo, na verdade, um ataque infundado à legitimidade do ato administrativo. A análise documental realizada revelou, de forma inequívoca, que a recorrente falhou em atender às exigências impostas pelo edital, apresentando uma planilha genérica que inviabilizou a avaliação técnica e a comprovação da viabilidade econômica de sua proposta. Tal decisão está amparada nos princípios da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, além de ser plenamente justificada pelas normas que regem o certame.





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

É preciso, ainda, esclarecer que a Administração Pública, ao desclassificar uma proposta com base na ausência de comprovação adequada de exequibilidade, não age de forma exacerbada ou arbitrária, mas sim em estrita observância à necessidade de resguardar o interesse público. O pregoeiro, ao conduzir o certame, adotou todas as medidas necessárias para assegurar a integridade e a viabilidade das propostas apresentadas, não havendo qualquer indício de irregularidade ou desvio de conduta. A decisão de desclassificar a recorrente foi técnica, fundamentada e necessária, não havendo espaço para reconsideração frente às alegações genéricas e inconsistentes apresentadas no recurso.

A decisão do pregoeiro, ao consagrar a proposta mais vantajosa para o Município, não apenas reflete o rigor técnico necessário à condução do processo licitatório, mas também protege os interesses da Administração Pública, em total conformidade com os princípios da eficiência, legalidade, isonomia e competitividade. Assim, as alegações da recorrente revelam-se infundadas e improcedentes, não merecendo qualquer acolhimento.

### **III – Das alegações de característica técnica:**

#### **A Recorrente alega em fase de recurso que:**

*“Imperioso deixar patenteado, que a ora recorrente tem a honra e o privilégio de prestar serviços ao glorioso Município de Saquarema desde 2018, conforme atestados de capacidade técnica.*

*O que gera maior irrisignação no entanto, é que além de não ter sido considerado a capacidade técnica e a seriedade da empresa que tem ampla experiência em serviços com órgãos públicos, notadamente dentro do Município de Saquarema, foi preterida pela empresa vencedora, que está a dar os seus primeiros passos na atividade e execuções de serviços públicos, não comprovando ainda, a sua capacidade técnica por se tratar de uma empresa nova, constituída em 2023, licenciada apenas e tão somente Setembro de 2024, frisando-se ainda que o certame licitatório ocorreu em 30 setembro de 2024, tendo prestado serviços somente para empresas privadas, não possuindo qualquer experiência com serviços públicos.”*





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

### Manifestações da recorrida:

*“Ainda assim, a pobre recorrente infringiu uma serie de exigências na anexação dos documentos exigidos no edital e seu termo de referência, sendo alguns deles: “Licença Ambiental da empresa” “Certidão de Habilitação Profissional do contador” “Certidões Ambientais conforme exigidos nos itens 10.5.1 e 10.5.2 emitido pelo INEA conforme exigência em edital” “Comprovação de vinculo do responsável técnico com o licitante” “Atestado de capacidade técnica”, desse jeito vemos simplesmente uma empresa DESQUALIFICADA para a prestação dos serviços.*

*A RECORRENTE, novamente de forma desesperada e, em total desconhecimento do direito positivo vigente, expõe em seu frágil recurso a sua lamentável “opinião”.*

*“ (...) foi preterida pela empresa vencedora, que está a dar os seus primeiros passos na atividade e execuções de serviços públicos (...).”*

*Sr. Pregoeiro, totalmente equivocada a RECORRENTE tenta criar suas próprias regras ao Processo Licitatório, tentando desqualificar a análise e o trabalho dessa requerida comissão. O que induz, a querer criar um "monopólio", somente pelo fato de já ter prestado esse tipo de serviço no passado ao órgão, se acha no direito de ficar para sempre.*

*O que a RECORRENTE não analisou, foi que, nossa empresa está muito mais bem QUALIFICADA que a própria, ao ponto de nossa empresa ter atendido a TODOS as exigências do edital diferente da recorrente.”*

### Resposta a Recorrente:

As alegações apresentadas pela recorrente demonstram, de maneira inequívoca, não apenas um completo desconhecimento das regras que regem os processos licitatórios, mas também uma tentativa desarrazoada de subverter os princípios da legalidade, isonomia e vinculação ao edital. O argumento de que seu histórico de prestação de serviços ao Município de Saquarema desde 2018 deveria conferir-lhe algum tipo de vantagem ou preferência no presente certame é juridicamente inaceitável e carece de qualquer fundamento legal ou editalício.

Em primeiro lugar, é necessário reiterar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, consagrado no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, exige que todos os critérios de habilitação e julgamento sejam aqueles previamente definidos no edital, sem qualquer margem para subjetivismos ou favorecimentos indevidos. No caso em





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

análise, o edital não conferiu, em momento algum, qualquer benefício ou pontuação adicional à empresa que tivesse celebrado contratos anteriores com o Município de Saquarema. Pelo contrário, limitou-se a exigir, de forma objetiva e impessoal, a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público **ou privado** e demais documentos de habilitação, comprovando a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

A tentativa da recorrente de transformar seu histórico de prestação de serviços junto ao Município em um critério de preferência ofende diretamente os princípios da isonomia e da impessoalidade, ambos consagrados no art. 37 da Constituição Federal. Não cabe à Administração Pública privilegiar determinado licitante com base em contratos anteriores, sob pena de comprometer a igualdade de condições entre os participantes do certame. Tal prática configuraria evidente violação aos fundamentos do regime jurídico das licitações públicas, comprometendo a integridade do processo e abrindo margem para favoritismos incompatíveis com a moralidade administrativa.

No que se refere às alegações sobre a empresa vencedora, é imperativo ressaltar que os critérios estabelecidos no edital para comprovação de capacidade técnica foram devidamente observados. O edital não exige que o atestado de capacidade técnica seja emitido por pessoa jurídica de direito público, permitindo expressamente que a comprovação se dê por meio de contratos celebrados com entidades privadas. Esse critério é plenamente legítimo, uma vez que o que importa à Administração Pública é a compatibilidade dos serviços anteriormente executados com o objeto da licitação, e não o tipo de contratante para o qual o serviço foi prestado.

A recorrente, ao questionar a habilitação da empresa vencedora com base no fato de esta não possuir contratos anteriores com órgãos públicos, incorre em grave erro de interpretação das regras do certame. Não há, no edital ou na legislação aplicável, qualquer exigência de experiência exclusiva ou prioritária em contratos com entes públicos. Desde que a empresa vencedora tenha apresentado atestados técnicos válidos e compatíveis com o objeto licitado, emitidos por entidades públicas ou privadas, sua habilitação encontra-se em plena conformidade com o edital e a Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a alegação de que a empresa vencedora, constituída em 2023, seria inexperiente ou incapaz de executar os serviços licitados é não apenas desprovida de qualquer suporte probatório, mas também juridicamente irrelevante. A legislação brasileira não impõe qualquer restrição quanto ao tempo de constituição de uma empresa para fins de participação em licitações públicas. O que se exige, e foi devidamente comprovado pela empresa vencedora, é a apresentação dos documentos de habilitação





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

técnica, jurídica e econômico-financeira, em estrita observância às disposições editalícias. A tentativa da recorrente de desqualificar a vencedora com base em sua suposta "juventude" empresarial revela-se, além de improcedente, arbitrária e discriminatória.

Ademais, os argumentos da recorrente carecem de qualquer embasamento probatório. Não há nos autos qualquer evidência que demonstre a inabilitação técnica da empresa vencedora ou que comprove irregularidades em sua habilitação. Todas as alegações feitas pela recorrente são genéricas e desprovidas de elementos objetivos, configurando mera insatisfação com o resultado do certame. É importante reiterar que o processo licitatório foi conduzido com total observância às normas legais e editalícias, tendo a empresa vencedora cumprido integralmente os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Ainda, deve-se sublinhar que o objetivo primordial das licitações públicas é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, com base em critérios técnicos e objetivos previamente fixados no edital. A prestação de serviços ao Município em contratos anteriores, embora possa ser um elemento de orgulho para a recorrente, não configura, sob qualquer hipótese, um fator de desempate, preferência ou vantagem no certame. A decisão do pregoeiro em declarar a empresa vencedora habilitada foi técnica, criteriosa e plenamente fundamentada, em total conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e competitividade.

Assim, as alegações da recorrente, além de manifestamente improcedentes, revelam-se incompatíveis com os fundamentos que regem as contratações públicas. A tentativa de impor critérios subjetivos e não previstos no edital deve ser prontamente rechaçada, preservando-se a integridade do processo licitatório e a legitimidade da decisão que consagrou a empresa vencedora como habilitada. A Administração Pública agiu de forma absolutamente correta e regular, garantindo a escolha da proposta mais vantajosa ao interesse público.

## VII. CONCLUSÃO

Diante da análise detalhada dos fatos, das normas aplicáveis e dos documentos apresentados, conclui-se que a desclassificação da empresa Distri Tech Comércio e Serviços foi procedente e encontra-se integralmente amparada nos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da isonomia e da legalidade, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.



PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

Realizados todos os esclarecimentos, DECIDO:

- **Negar provimento** ao recurso administrativo interposto pela empresa **DISTRI THECH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, mantendo sua desclassificação no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024, com fundamento nas seguintes razões:

**I. Falha na comprovação da exequibilidade da proposta:**

A recorrente apresentou uma planilha de composição de preços genérica e insuficiente para demonstrar a exequibilidade da proposta ofertada. A ausência de detalhamento dos custos de mão de obra, materiais, encargos trabalhistas e outros elementos essenciais inviabilizou a análise técnica pelo pregoeiro, comprometendo a verificação de sua viabilidade econômica. A mera apresentação de valores finais, despesas gerais e lucro não atende às exigências do edital, que requer documentação detalhada e completa para comprovação da exequibilidade de propostas em serviços complexos.

**II. Desconsideração das exigências editalícias:**

O item 9.22.5 do edital foi claro ao estipular o prazo de duas horas para o envio da documentação de comprovação de exequibilidade, sendo de responsabilidade dos licitantes atender ao requisito com informações completas. A recorrente não apresentou justificativa válida para o descumprimento da exigência e limitou-se a alegar que o prazo foi insuficiente, argumento que não procede, pois o edital foi amplamente divulgado e aceito por todos os participantes.

**III. Tentativa de relativizar os critérios técnicos do certame:**

As justificativas apresentadas pela recorrente, como a declaração de compromisso e a oferta de garantia contratual, são insuficientes para suprir a ausência de uma comprovação técnica adequada. Esses elementos não substituem a necessidade de demonstrar a viabilidade econômica da proposta, conforme exigido pelo edital e pelos princípios que regem as contratações públicas.

**IV. Regularidade da conduta do pregoeiro:**

A decisão de desclassificar a proposta da recorrente foi tomada com base em critérios técnicos e objetivos, em total conformidade com o edital e com o §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 2.740/2024. A conduta do pregoeiro preservou a integridade do certame ao excluir propostas que não atenderam aos requisitos de viabilidade econômica, protegendo o interesse público e a execução regular do contrato.





PROCESSO Nº 3.997/2024

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

- **Confirmar a habilitação** da empresa Saneadora Lagos Ltda, por esta ter cumprido integralmente as exigências editalícias e observado os prazos e requisitos de habilitação.

- Desta forma, recebo o recurso apresentado, dele tomo conhecimento, pois tempestivo e presentes elementos de admissibilidade. No mérito, **nego-lhe provimento e mantenho inalteradas as decisões tomadas no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90014/2024.**

- Firmo que a recorrente **não assiste razão** em suas alegações, por não restar dúvidas quanto a regularidade dos atos praticados durante a condução do certame Pregão Eletrônico 90014/2024.

- Dê ciência da decisão à licitante requerente e demais concorrentes e interessados na licitação.

Encaminhe para o setor jurídico do Município, para emissão de parecer, e posteriormente, à autoridade competente para ciência e decisão final.

Saquarema, 18 de novembro de 2024.

  
GUILHERME CASTRO  
Pregoeiro

Guilherme V. e Castro  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8109